



<b>Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº. 0530797/2018</b>			
<b>PA COPAM Nº:</b> 27823/2011/003/2018		<b>SITUAÇÃO:</b> Sugestão pelo deferimento	
<b>EMPREENDEDOR:</b> ECMG Mineração e Comércio Ltda - ME		<b>CNPJ:</b> 12.925.569/0001-47	
<b>EMPREENDIMENTO:</b> ECMG Mineração e Comércio Ltda - ME		<b>CNPJ:</b> 12.925.569/0001-47	
<b>MUNICÍPIO:</b> Ouro Fino		<b>ZONA:</b> Rural	
<b>CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Não há incidência de critério locacional</li></ul>			
<b>CÓDIGO</b>	<b>ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/17)</b>	<b>CLASSE</b>	<b>CRITÉRIO LOCACIONAL</b>
A-03-01-8	Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil	3	0
<b>CONSULTORIA / RESPONSÁVEL TÉCNICO:</b> Amarildo Rogério de Oliveira Cruz		<b>REGISTRO:</b> CREA-BA 25607/D	
<b>AUTORIA DO PARECER</b>		<b>MATRÍCULA</b>	<b>ASSINATURA</b>
Jandyra Luz Teixeira Analista Ambiental		1150868-6	
De acordo: Cezar Augusto Fonseca e Cruz Diretor Regional de Regularização Ambiental		1147680-1	



### **Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 0530797/2018**

O empreendimento **ECMG Mineração e Comércio Ltda - ME** atua no ramo minerário, exercendo suas atividades no município de Ouro Fino – MG. Em 23/07/2018 formalizou na Supram SM o PA nº. 27823/2011/003/2018 de Licenciamento Ambiental Simplificado - LAS, subsidiado por Relatório Ambiental Simplificado (RAS).

O empreendimento já possui “Autorização Ambiental de Funcionamento”, válida até 11/02/2019 e solicitou este LAS com a intenção de substituí-la, já que a Agência Nacional de Mineração não aceita a AAF como documento de regularização ambiental.

A atividade objeto deste licenciamento é a extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, cuja produção bruta informada é de 30.000 m³/ano.

A ECMG Mineração e Comércio Ltda - ME não apresenta novos impactos, já que se encontra em operação, através da citada AAF. Portanto não haverá a incidência de critérios locacionais.

Para mitigar o impacto do carreamento de sólidos em suspensão para o curso d'água, o empreendimento conta com duas bacias de decantação e uma caixa de decantação em alvenaria, nos três portos de areia.

As emissões atmosféricas são provenientes do funcionamento das máquinas, equipamentos, bem como da própria draga. Como medida mitigadora o empreendedor se compromete a manter todas as máquinas e equipamento em bom estado e com a manutenção em dia.

Os efluentes sanitários são destinados a fossa séptica, sendo informado sua substituição por biodigestor (fl. 42) e o lançamento final é feito no rio Mogi-Guaçu.

Os óleos lubrificantes usados são coletados e armazenados em galões sendo periodicamente entregues no posto de combustível onde foram adquiridos.

Os resíduos sólidos recicláveis são armazenados no próprio empreendimento em local protegido e posteriormente encaminhado para reciclagem. Os resíduos domésticos são encaminhados para coleta municipal.

Para o consumo humano, o empreendimento faz uso de uma surgência existente nas proximidades, regularizada conforme Certificado de Uso Insignificante nº. 73429/2018.

Como a dragagem ocorre no Rio Mogi-Guaçu, de dominialidade federal, está juntada ao processo cópia da Resolução nº. 80, de 28/01/2015, emitida pela Agência nacional de Águas.

Em função de 02(dois) Autos de Infração lavrados para o empreendimento sob nº. 40827/2016 e 40828/16, com a situação transitado em julgado e manutenção dos mesmos, o prazo de validade da Licença Ambiental será subtraído em 2 anos para cada Auto de Infração aplicado, limitado ao prazo mínimo de 6 anos, conforme Decreto 47.383/2018.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento “**ECMG Mineração e Comércio Ltda - ME**” para a atividade de “**Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil**”, no município de **Ouro Fino**, pelo prazo de **6 anos**, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.



## ANEXO I

### Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “ECMG Mineração e Comércio Ltda - ME”

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

### IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-SM, face ao desempenho apresentado;

*Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.*



## ANEXO II

### Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “ECMG Mineração e Comércio Ltda - ME”

#### 1. Efluentes Líquidos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de análise
Saída da caixa de decantação	Óleos e graxas (óleos minerais), sólidos suspensos, sólidos sedimentáveis	01 vez a cada três meses <b><u>(Trimestral)</u></b>

**Relatórios:** Enviar **anualmente** à Supram Sul de Minas, **até o último dia do mês subsequente a 4ª análise**, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

*Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.*

**Método de análise:** Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.



## 2. Resíduos Sólidos

**Relatório:** Enviar anualmente à Supram Sul de Minas **até o último dia do mês subsequente ao 12º relatório**, os relatórios mensais de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final				Obs.
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 <sup>1</sup>	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma <sup>2</sup>	Empresa responsável			
							Razão social	Endereço completo	Licenciamento Ambiental	
									Nº processo	Data da validade

(<sup>1</sup>) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(<sup>2</sup>) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- |                       |   |
|-----------------------|---|
| 1- Reutilização       | 6 - Co-processamento                                    |
| 2 - Reciclagem        | 7 - Aplicação no solo                                   |
| 3 - Aterro sanitário  | 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada) |
| 4 - Aterro industrial | 9 - Outras (especificar)                                |
| 5 - Incineração       |   |

Em caso de transporte de resíduos sólidos Classe I - perigosos, deverá ser informado o número e a validade do processo de regularização ambiental do transportador.

Fica proibida a destinação de qualquer resíduo sem tratamento prévio, em áreas urbanas e rurais, inclusive lixões e bota-fora, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009. Para os resíduos sólidos Classe I – perigosos, e para os resíduos de construção civil, a referida lei também proíbe a disposição em aterro sanitário, devendo, assim, o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente quanto à destinação adequada desses resíduos. Os resíduos de construção civil deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções Conama nº 307/2002 e nº 348/2004.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Desse modo, as notas fiscais de vendas e/ou movimentação, bem como documentos identificando as doações de resíduos poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização. Portanto, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.